



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS CAMPINA GRANDE

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

**CURSO DE / PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO ESCOLAR**

ALESSANDRA CORREIA CUNHA LIMA

**O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE UM JOVEM COM PARALISIA
CEREBRAL: DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR**

CAMPINA GRANDE

2021

ALESSANDRA CORREIA CUNHA LIMA

**O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE UM JOVEM COM PARALISIA
CEREBRAL: DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso de Pós-
Graduação em Educação especial na
perspectiva de inclusão escolar, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
especialista em Educação especial na
perspectiva de inclusão escolar

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre - UEPB

**CAMPINA GRANDE
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732p Lima, Alessandra Correia Cunha.
O processo de escolarização de um jovem com paralisia cerebral [manuscrito] : desafios na inclusão escolar / Alessandra Correia Cunha Lima. - 2021.
16 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Educação inclusiva. 2. Paralisia cerebral. 3. Necessidades educacionais especiais. I. Título

21. ed. CDD 370.115

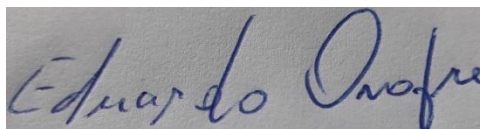
ALESSANDRA CORREIA CUNHA LIMA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PARALISIA CEREBRAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de Pós-Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Educação especial na perspectiva de inclusão escolar

Aprovada em: 04/03/2021

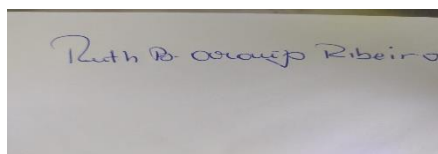
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Christiano Cordeiro Soares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	04
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PARALISIA CEREBRAL, PARALELOS DE UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS	06
2.1 PARALISIA CEREBRAL	06
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: BREVE DISCUSSÃO	09
3 METODOLOGIA	12
3.1 TIPOS DE PESQUISA	12
3.2 PARTICIPANTE DA PESQUISA	12
3.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA	13
4 RESULTADOS	13
5 CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS	16

O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE UM JOVEM COM PARALISIA CEREBRAL: DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR

RESUMO

O presente artigo versa sobre uma pesquisa de natureza qualitativa, amparada em um levantamento bibliográfico, em artigos e sítios eletrônicos científicos, além da aplicação de questionário em um sujeito com paralisia cerebral. Tem como objetivo principal discutir o processo de escolarização de um jovem com paralisia cerebral. Os dados demonstraram que a paralisia cerebral não é um fator impeditivo a vida educacional do ser humano, assim como a paralisia cerebral não implica em perdas cognitivas. Portanto, é importante o desenvolvimento de práticas inclusivas na sala de aulas, mudanças estruturais nas escolas, currículos acadêmicos que se adaptem às necessidades educacionais especiais do sujeito com paralisia cerebral, bem como uma formação continuada que aborde os desafios de uma educação inclusiva para o corpo docente e demais trabalhadores das unidades escolares.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Paralisia Cerebral; Necessidades Educacionais Especiais.

ABSTRACT

This article is about qualitative research, supported by a bibliographic survey, articles and scientific websites, in addition to the application of a questionnaire in a subject with cerebral palsy. Its main objective is to discuss the schooling process of a young person with cerebral palsy. The data demonstrated that cerebral palsy is not an impediment to the human being's educational life, just as cerebral palsy does not imply cognitive losses. Therefore, it is important to develop inclusive practices in the classroom, structural changes in schools, academic curricula that adapt to the special educational needs of the subject with cerebral palsy, as well as continuing education that addresses the challenges of an inclusive education for the body. teacher and other school unit workers.

Keywords: Inclusive education; Cerebral Palsy; Special Educational Needs

1 INTRODUÇÃO

Dados de estudos apresentados por Lima et. al., (2015 p.3) apontam que duas em cada mil crianças apresentam o desenvolvimento de paralisia cerebral, este número aumenta consideravelmente quando se considera apenas as crianças de nascimento prematuro, passando a cerca de quinze ocorrências para cada mil nascimentos com vida.

A paralisia cerebral ocorre por fatores pretéritos, durante e pós-parto, estando diretamente ligada, inclusive, a características sociais da população, por se tratar comumente de doença relacionada a má formação fetal, ou problemas gestacionais, que são, ainda, características de partos sem o devido acompanhamento pré-natal.

O número de pessoas com paralisia cerebral cresce em países subdesenvolvidos, em decorrência do mal acompanhamento gestacional e do aumento do número de nascimentos prematuros. Diante desta assertiva, aponta-se que esta dificuldade motora é também uma “mancha” de cunho social.

O Ministério da Saúde do Brasil define a paralisia cerebral como uma rara lesão no cérebro humano, de caráter não progressivo, determinante para limitações ou impedimentos de atividades motoras. (BRASIL, 2013, p.5). Destacando, ainda, que as limitações motoras podem ou não estar acompanhadas de desordens no campo sensorial, perceptivo, cognitivo, de comunicação e comportamento.

Ressalta-se que não existe uma ligação obrigatória entre a paralisia cerebral e as dificuldades de cognição, podendo aquele que foi acometido desta síndrome nas primeiras fases da vida, desenvolver-se intelectualmente como qualquer outro homem médio.

Neste cenário, de comumente inexistir impedimentos para o pleno desenvolvimento das atividades intelectuais, emerge a necessidade da inclusão escolar daquele que foi acometido pela paralisia cerebral. Sendo, portanto, necessária para realizar esta inserção educacional, a existência de uma educação inclusiva efetiva.

A educação inclusiva no mundo e em território brasileiro passou por quatro fases: **a) exclusão; b) segregação; c) integração; e d) inclusão. A primeira fase tratava da marginalização ou demonização da pessoa deficiente, sendo ela uma abominação para a sociedade e a necessidade de excluí-la da vida comum.** (SALES et. al., 2018, p. 5)

Já as segunda e terceira fases passam a trazer para a sociedade a responsabilidade educacional para com a pessoa com deficiência. Na segunda fase são criados centros especializados para o desenvolvimento das atividades escolares, segregando estes seres humanos da vida com os demais.

Na terceira fase se inclui no mesmo ambiente escolar pessoas com necessidades educacionais especiais, mas sem que de fato exista uma preparação didática e estrutural para tais sujeitos, tendo que os alunos com necessidades educacionais especiais se adaptarem à escola, e não à escola a eles. Em outras palavras, na terceira fase existia uma falsa integração, pois apesar de estarem no mesmo ambiente, a produção cognitiva não era voltada para o desenvolvimento comum e simultâneo.

A quarta fase, a educação inclusiva, traz as garantias de acesso à educação para todos, de forma universal. Esta garantia abrange a necessidade da escola se adaptar de forma estrutural, além de preparar seu corpo docente e discente e de definir práticas pedagógicas que atendam a necessidade inclusiva de alunos do antigo ensino regular e do ensino especial.

Neste cenário verifica-se que a pessoa com paralisia cerebral tem o direito ao acesso à educação, como qualquer outro cidadão, ele tem sonhos, anseios, necessidades e, principalmente, deve ter perspectiva de uma vida melhor e não de uma vida que o segregue mais que as limitações que a paralisia cerebral impõe.

No entanto, conforme será possível verificar na análise de dados colhidos com o depoimento do participante da presente pesquisa, um jovem com paralisia cerebral, as premissas da educação inclusiva ainda não são atendidas em sua plenitude, exigindo um esforço prioritário da família, para que estes sujeitos tenham direito a um acesso digno à educação.

Diante da problemática apresentada, questiona-se: O Estado Brasileiro, levando-se em conta o direito constitucional de todos a terem acesso à educação e

a necessidade desse ensino ser praticado de forma universal, consegue atingir de forma eficaz os princípios da educação inclusiva, com enfoque específico para os sujeitos com paralisia cerebral?

Para responder tal questionamento é necessário estudar as características gerais da paralisia cerebral e da educação inclusiva, sob um prisma da inserção do aluno no ambiente escolar de forma que tenha as mesmas condições de aprendizado com os outros que não têm deficiência ou transtorno. De forma específica é necessário entender os princípios da educação; apresentar as garantias legais e constitucionais da educação; estudar as limitações que são resultado da paralisia cerebral; apresentar o processo de construção histórica da educação inclusiva; e apresentar as dificuldades do acesso à educação para aqueles que tiveram paralisia cerebral.

Para atingir os objetivos propostos, o estudo em tela versa sobre uma pesquisa de natureza de um levantamento, amparada em uma pesquisa bibliográfica em artigos e sítios da internet, além de uma pesquisa qualitativa, por meio da aplicação de questionário com um jovem com paralisia cerebral.

Justifica-se a presente pesquisa por sua importância no campo prático, onde a educação inclusiva deve ser balizadora para garantir o acesso a possibilidade de conhecimento a todos cidadãos, independentemente de suas caracterizações especiais ou patologias. Sendo um dever do Estado integrar a população e não a segregar, uma vez que todos têm o direito de terem objetivos e perspectivas de vida, em conformidade com os ditames constitucionais do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Além de tudo já exposto, o estudo também traz à tona a realidade das dificuldades encontradas por semelhantes para, “simplesmente”, terem acesso à educação, evidenciando que atividades que são comuns para muitos, podem ser extraordinárias para alguns.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PARALISIA CEREBRAL, PARALELOS DE UM SISTEMA EDUCAÇÃO PARA TODOS

O tema da paralisia cerebral e da educação inclusiva podem caminhar lado a lado sob o viés das garantias de acesso ao aprendizado para todos. Durante séculos a pessoa com deficiência foi apartada ou segregada da sociedade, criando-se mecanismos que dificultam a inclusão destes na sociedade.

A paralisia cerebral, conforme será melhor exposto em linhas posteriores, apresenta características limitadoras a algumas atividades humanas, mas não impeditivas no seu caráter cognitivo, sendo, portanto, dever do Estado garantir acesso à educação. Neste cenário, a educação inclusiva é a forma pela qual se perpetua o inalienável Direito ao conhecimento.

2.1 Paralisia Cerebral

Identificamos, por meio de um processo de construção teórica, o percurso histórico que levou a definição da patologia de paralisia cerebral, a sua definição científica, as suas causas, consequências para o desenvolvimento humano,

incluindo o desenvolvimento educacional e os níveis de gravidade que tornam a paralisia um fator impeditivo para a vida escolar e acadêmica.

No ano de 1843, o ortopedista inglês William John Litte realizou estudo clínico com 47 (quarenta e sete) crianças que apresentavam espasticidade (condição que tem como característica o aumento involuntário da contração muscular, podendo dificultando que o ser humano realize atividades rotineiras).

Nos seus estudos, o ortopedista apontou pela primeira vez um diagnóstico de Paralisia Cerebral, ao verificar que os pacientes em análise apresentavam um histórico adverso ao nascimento: a) apresentação pélvica; b) prematuridade; c) dificuldade no trabalho de parto; d) demora em chorar e respirar ao nascer; e e) convulsões e coma nas primeiras horas de vida (PIOVESANA et al., 2002, apud BRASIL, 2013, p. 6).

Como dito, a paralisia cerebral está intimamente ligada ao desenvolvimento de malformações durante o período gestacional, no entanto existem fatores que a ocasionam durante o parto e após o parto. Tais fatores foram denominados ou identificados por Sigmund Freud (1893, apud BRASIL, 2013, p.7) como: a) pré-natal – ligadas a saúde materna, são fatores que ocasionam a paralisia cerebral antes do nascimento do bebê; b) perinatal – se relacionam a situações que ocorrem durante o trabalho de parto até seis horas após o nascimento do bebê; e c) pós-natal – fatores ou situações que ocorrem durante a primeira infância do bebê, com ênfase até os dois anos de vida.

São possíveis causas da paralisia cerebral, por fase de ocorrência: Infecções: a) pré-natal (materno) – rubéola, sífilis, diminuição parcial da pressão de oxigênio materno, diminuição da concentração de hemoglobina, alterações de circulação sanguínea, tumores uterinos, malformações do cordão umbilical, listeriose, citomegalovírus, toxoplasmose, AIDS, uso de drogas lícitas e ilícitas, desnutrição materna, alterações cardiocirculatórias maternas; b) perinatais – anóxia, hemorragias intracranianas, traumas durante o parto, partos instrumentais etc.; e c) pós-natais – anóxia, traumas cerebrais, meningites, convulsões, desnutrição, hidrocefalia, etc. (LIMA et. al., 2015 p.2)

Todos os fatores acima relatados compõem um rol exemplificativo de patologias ou situações que podem ocasionar paralisia cerebral no ser humano. Passada esta discussão, é importante recorrer a estudos científicos que definem esta patologia.

O Ministério da Saúde do Brasil, valendo-se dos estudos de Erick Rosenbaum, assim define a paralisia cerebral:

A paralisia cerebral descreve um grupo de desordens permanentes do desenvolvimento do movimento e postura atribuídas a um distúrbio não progressivo que ocorre durante o desenvolvimento do cérebro fetal ou infantil, podendo contribuir para limitações no perfil de funcionalidade da pessoa. A desordem motora na paralisia cerebral pode ser acompanhada por distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, de comunicação e comportamental, por epilepsia e por problemas musculoesqueléticos secundários (ROSENBAUM et al., 2007). Estes distúrbios nem sempre estão presentes, assim como não há correlação direta entre o repertório neuromotor e o repertório cognitivo, podendo ser minimizados com a utilização de tecnologia assistiva adequada à pessoa com paralisia cerebral. (BRASIL, 2013, p.8)

Corroborando o acima exposto, os estudos da médica Cristina Victorino, professora da Universidade de Ohio (EUA), que assim define a paralisia cerebral:

A paralisia cerebral se refere a um grupo de sintomas que engloba dificuldade de movimentação e rigidez muscular (espasticidade). Ela resulta de malformações cerebrais que ocorrem antes do nascimento durante a época em que o cérebro está se desenvolvendo ou de danos cerebrais que ocorrem antes, durante ou logo após o nascimento. (VICTORINO, 2020, p.2)

Conforme o exposto, a paralisia cerebral tem um caráter não progressivo, sendo ocasionada por fatores ocorridos durante a formação fetal, nascimento, ou nos primeiros anos de vida (estudos apontam que a frequência comum de ocorrência é até os 2 anos de vida), ocasionando comumente rigidez muscular, provocando dificuldades motoras, além de distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, comportamentais, dificuldades de comunicação, doenças visuais e episódios de epilepsia. Por fim, destaca-se que a paralisia cerebral não implica obrigatoriamente danos cognitivos ao ser, podendo este desenvolver plenamente sua capacidade cognitiva.

Importante extrair das definições acima que a paralisia cerebral não é uma doença, trata de um agrupamento de sintomas dificultadores ou impeditivos ao desenvolvimento de atividades cognitivas e / ou motoras humanas, sendo o resultado de malformações encefálicas ou danos às partes do cérebro que controlam os movimentos musculares. (VICTORINO, 2020, p.4)

Após a definição apresentada nas linhas passadas, é importante classificar a paralisia cerebral, ressaltando que ela pode ser classificada de três formas: a) quanto a causa; b) quanto ao grau de comprometimento motor (região cérebro afetada); e c) quanto a forma região do corpo comprometida pela paralisia cerebral.

Quanto à causa, a pesquisa em tela já apresentou suas possibilidades, sendo as causas pré-natais, perinatais e pós-natais.

Acerca do grau de comprometimento motor (região do cérebro que é atingida): **a) paralisia cerebral espástica (forma mais comum)** – atingindo a região do córtex motor do cérebro, que é responsável pelos movimentos, dificulta as atividades comuns do desenvolvimento da criança como sentar, engatinhar e andar; **b) paralisia cerebral extrapiramidal** – localizada em regiões mais interiores do cérebro, provoca espasmos ou movimentos involuntários dificultando o desenvolvimento da criança, principalmente na primeira infância; **c) paralisia cerebral atáxica (forma mais rara)** – lesão atinge o cerebelo, que é fundamental para o desenvolvimento natural da coordenação motora e do equilíbrio das pessoas, além disso, é comum que ocorram concomitantemente distúrbios na fala, além de comprometimento cognitivo. (BRASIL, 2013, p.10)

Já no que tange a área do corpo em que os comprometimentos ocasionados pela paralisia cerebral aparecem: **a) tetraparesia** – torna a pessoa extremamente dependente, uma vez que os membros inferiores e superiores são atingidos de forma igualitária; **b) diparesia** – sinais da ocorrência de paralisia cerebral ocorrem prioritariamente nos membros inferiores, possibilitando desenvolvimento de atividades comuns com os membros superiores; e **c) hemiparesia** – atinge apenas um lado corporal, o que se relaciona diretamente ao lado cérebro atingido pela paralisia cerebral. (BRASIL, 2013, p.11)

Alguns estudos tentam classificar a paralisia cerebral sob um viés de sua gravidade, em outras palavras, tentar criar parâmetros para uma nova classificação baseada na gravidade das manifestações sintomáticas no ser humano. Esta padronização é chamada de *Gross Motor Function Classification System (GMFCS)*, classificando em cinco níveis de gravidade as intercorrências: I e II – leve

comprometimento motor, não impedido que o ser ande; III – comprometimento motor moderado, necessitando de auxílio mecânico para que se ande; IV e V – grave comprometimento motor, necessitando do uso de cadeiras de rodas para a locomoção. (RIBEIRO et al. 2016, p.4)

Segundo a classificação exposta, às patologias associadas à paralisia cerebral, comumente, se relacionam com os níveis IV e V de gravidade, em outras palavras, quanto maior a gravidade e comprometimento motor maior a probabilidade de desenvolvimento das demais patologias relacionadas a paralisia cerebral. (RIBEIRO et al. 2016, p.4)

Conforme o exposto, o ser que sofreu paralisia cerebral é um ser, geralmente, dependente para a realização de atividades humanas, exigindo uma atenção e apoio da família, sociedade, amigos e instituições muito mais severas. Estas necessidades sobrecarregam a família, na busca pelo desenvolvimento comum das crianças e adultos que tiverem paralisia cerebral.

Neste cenário, questiona-se sobre a possibilidade de desenvolvimento cognitivo no ambiente escolar, sob um viés da educação inclusiva, uma vez que clinicamente aqui já foi exposto que o ser com paralisia cerebral pode desenvolver sua capacidade de aprendizado assim como qualquer outro ser humano médio, uma vez que não existe obrigatoriedade em intercorrência da perda da capacidade cognitiva devido a paralisia cerebral.

2.2 Educação Inclusiva: breve discussão

A escola contemporânea enfrenta a realidade da quebra de paradigma da transmissão de conhecimento unilateral do professor para o aluno, exigindo que o ambiente escolar acadêmico com seus docentes e discentes se reinventem na busca pela construção do conhecimento.

Esta necessidade de adaptação ocorre também na presença dos alunos com características especiais para o aprendizado. Sendo dever, garantido constitucionalmente, a promoção do ensino para todos, de uma escola inclusiva de todos e para todos. Estas premissas introdutoriamente dispostas serão brevemente abordadas nas linhas que seguem, com o estudo do processo de formação de uma educação inclusiva no Brasil, a conceitualização e normatização da educação inclusiva, os seus princípios e uma análise da garantia ao aprendizado do ser que tem paralisia cerebral.

Para dialogar sobre a educação inclusiva e, é fundamental, diferenciá-la da educação especial, é importante entender que a inclusão do aluno que foge do padrão médio da sociedade no ambiente escolar passou por um histórico que remonta da Idade a Média, mais precisamente são quatro fases neste processo de construção do saber: a) exclusão; b) segregação; c) integração; e d) inclusão.

Esta divisão em quatro fases da educação inclusiva foi proposta inicialmente por Blanco (2003), que assim pontua sobre os primórdios da pessoa como necessidades especiais na sociedade:

A primeira delas corresponde ao período anterior ao século XIX, chamada de “fase da exclusão”, na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições excepcionais era tida como indigna da educação escolar. Nas sociedades antigas era normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a ideia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas, explicando-

as como punição, em decorrência de pecados cometidos. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram escondidas ou sacrificadas (BLANCO 2003, apud SALES et. al. 2018, p.4).

A primeira fase da educação inclusiva, a exclusão, trata do período da história no qual (história antiga) as pessoas que possuíam deficiência ou transtornos eram segregados da sociedade. Não eram incomuns situações de infanticídio, ou de abandono de crianças devido exclusivamente a patologias que as tornavam “diferentes” das demais. Além do exposto, principalmente na Idade Média, devido à forte presença da Igreja na formação das sociedades, entendia-se a deficiência como algo demoníaco, até mesmo como um castigo devido aos atos familiares passados. (SALES et al., 2018, p. 5)

Desde o renascimento e as suas mudanças de paradigmas das ciências, o ser diferente era segregado, amontoado em instituições que tinham o objetivo de o afastar do convívio comum. Sendo este período o da segunda fase da inclusão, a fase da segregação das pessoas saudáveis para longe das não-saudáveis. (SALES et al., 2018, p. 6)

A fase da segregação tinha como marca o processo educacional construído em institutos apartados da sociedade, sob um viés clínico e não integrativo, buscando a reabilitação do ser e não a sua inserção na escola comum. Esta é a fase na qual surgiram as escolas especiais, como as de surdos e mudos e as audiovisuais. Nesta fase se agrupava por deficiência, adaptando a escola ao aluno, mas não o incluindo na educação comum. Em outras palavras, existiam dois sistemas educacionais dentro de um só, o do ensino regular e o do ensino especial.

A terceira fase foi a da integração, neste período a escola regular passou a aceitar o aluno com necessidades especiais, mas ainda sem se adaptar para a sua presença, forçando o ser com deficiência, ou outro tipo de necessidade educacional especial, a se adaptar a escola para poder estudar, e não o contrário. Pontua Sales et al. (2018, p. 6) que o aluno era trabalhado em uma escola regular, mas quando não se adaptava era remetido a salas segregadas com seus semelhantes ou de volta ao ensino especial.

Mesmo não sendo uma solução para a necessária inclusão, esta fase foi importante para a construção de uma escola inclusiva, tendo sido fruto das reivindicações dos alunos, da sociedade como um todo e dos profissionais que integram a cadeia educacional.

Na década de 1990 surge de fato o que hoje denomina-se de educação inclusiva, uma concepção de ensino que quebra o paradigma no qual o aluno com deficiência não conseguirá aprender em uma escola comum, tendo de ser apartado e alocado em escolas de ensino especial.

Evidentemente que não se trata apenas de inserir um aluno com características especiais em uma sala comum e passar a acreditar que está se trabalhando na inclusão. De fato, o que se necessita é uma mudança de paradigma educacional, desenvolvendo metodologias de ensino, grades curriculares e estruturas físicas que permitam o acesso, convivência e aprendizado de todos, independentes de suas características pessoais. Para esta realização, além de questões estruturais, é necessário o treinamento e capacitação constantes dos profissionais envolvidos no processo educacional. Estas mudanças educacionais possibilitam a inclusão do portador de síndrome da paralisia cerebral na sala de aula comum, uma vez que comumente esta síndrome não afeta o seu desenvolvimento cognitivo de forma impeditiva. (SALES et al., 2018, p. 10)

No entanto, antes de dialogar acerca de uma definição prática da educação inclusiva, recorre-se aos diplomas legais que a constituem, inicialmente a Constituição Federal de 1988 que assim determina:

Art. 205. A educação, **direito de todos e dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

[...]

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

[...]

4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, **de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.** (BRASIL, 1988) (grifos nossos)

A Constituição Federal de 1988 é cristalina ao garantir o direito ao acesso à educação, por seu um dever de promoção do Estado, e a universalidade do ensino, inexistindo assim lacunas para as práticas segregadoras no âmbito escolar. Para tanto, remete-se a criação de garantias administrativas de que as letras constitucionais não sejam mortas ou recheadas pela impraticabilidade fática cotidiana.

Em igual sentido da Carta Constitucional, as normativas e legislações específicas, vem traduzindo a necessidade da ampliação da educação inclusiva, conforme se observa na Resolução de nº de 2009, da Câmara de educação Básica do Conselho nacional de Educação, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, na modalidade educação especial:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2009)

Devido a necessidade de brevidade do estudo, aponta-se por último a Lei nº 13.005/2014, que trata do plano Nacional de Educação, trazendo em seu texto normativo a necessidade da articulação entre as áreas da educação infantil e da educação especial para garantir o acesso de todas as crianças ao ensino básico.

Diante de tudo exposto, percebe-se que a educação inclusiva é aquela que rompe paradigmas, que cria mecanismos para que diferentes aprendam juntos, para que exista uma troca de experiências e de aprendizado rica em conteúdo e sem distinção de diferenças.

Porém para verificar se uma educação de fato ocorre sobre as premissas anteriormente descritas, é oportuno que se verifique se o ensino atende aos princípios da educação inclusiva: a) acesso universal de todos à educação; b) todos os integrantes da escola devem conseguir ter o mesmo nível de aprendizado; c) o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular; d) convívio no ambiente escolar comum beneficia todos, uma vez que possibilita uma troca de experiência

abrangente entre todos os participantes; e e) a educação inclusiva diz respeito a todos. (SANTOS 2019, p.3)

Diante do arcabouço teórico exposto, percebe-se que se o estado promover uma educação de fato inclusiva, inexistem impedimentos para que aqueles que tenham paralisia cerebral desenvolvam uma vida comum acadêmica.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Para discorrer sobre a inclusão no ambiente escolar e as garantias à educação daquele ou daquela que com paralisia cerebral, a presente pesquisa fez um estudo descritivo de levantamento, com suporte em uma pesquisa bibliográfica, documental e qualitativa.

Entende-se a pesquisa qualitativa como aquela que busca dialogar e compreender determinado estudo com base em pesquisas individuais, analisando as narrativas individuais do ser ou do objeto de estudo. (ACEVEDO E NOHARA 2006, p.145),

Também foi necessário um estudo de natureza bibliográfica, baseado, principalmente, na consulta à legislação, e artigos científicos sobre o objeto de pesquisa. Segundo Acevedo e Nohara (2006, p.180), o estudo bibliográfico consiste na busca de estudos anteriores que já foram produzidos por outros cientistas e geralmente publicados em livros ou artigos científicos, bem como na coleta de informações em registros de arquivos, que, segundo as referidas autoras, utilizam-se de dados coletados anteriormente para outras finalidades (oriundos de fontes secundárias), a exemplo de dados estatísticos do governo e de outras organizações privadas e/ou não. os

Por fim, destaca-se que, segundo os ensinamentos de Oliveira (2019, p.2), o estudo de caso é um método de pesquisa qualitativo que consiste, normalmente, em um mecanismo de aprofundar uma unidade individual. Servindo para elucidar questionamentos que o pesquisador não tem controle sobre o fenômeno estudado.

3.2 Participante da Pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, a pesquisa em epígrafe entrevistou Marcos Polo, nascido em 13 de dezembro de 1998, inserido no âmbito escolar aos 2 anos e 9 meses de vida, tendo cursado todas as fases do ensino regular e concluído o ensino superior, com formação em pedagogia. Destaca-se que o participante autoriza a divulgação dos dados relacionados a sua história acadêmica. Entretanto, o nome que utiliza para referir ao participante da pesquisa, é um nome fictício, respeitando, assim, o anonimato deste sujeito e as questões éticas de uma investigação.

3.3 Instrumento da Pesquisa

Para concretização do estudo proposto e por consequência a observação do participante, foi necessário a realização de um questionário. Segundo os estudos de Gil (1999, p.128 apud CHAER, 2011, p.10), o questionário pode ser caracterizado como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos

elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

A importância do questionário caracteriza-se pela possibilidade de coletar informações da realidade, tanto do objeto de estudo ou objeto da pesquisa, e de tudo aquilo que o cerca. Sendo, portanto, basilar na construção de um trabalho científico.

Diante da importância ora descrita, utilizou-se do seguinte questionário: Quando os pais descobriram a PC? Como foi a infância do indivíduo antes de chegar na escola? Qual foi o momento em que os pais resolveram inserir o indivíduo na escola? Houve algum empecilho para que o indivíduo fosse matriculado? Como foram os primeiros anos do indivíduo na escola? Precisaram fazer adaptações? Como o indivíduo se sentia em relação aos outros alunos? Em relação ao ensino fundamental 1. O indivíduo aprendeu a ler e escrever na idade correta? Foi preciso alguma adaptação? Relate como eram os dias na escola. Nas escolas por onde o indivíduo passou, havia acessibilidade? Ele precisou de cuidador? Como foi feita a escolha para o curso superior? Houveram desafios na escolha da universidade? Descreva sua trajetória no curso superior. Em relação à socialização, a faculdade, ao curso? O que espera de sua carreira profissional? Em relação a tudo que o indivíduo já viveu em sua carreira escolar, o que acha que precisa ser mudado?

4 RESULTADOS

A pesquisa em tela trata de estudo qualitativo com base nos dados coletados pelo referido questionário.

Marco Polo ou MP, nascido em 13 de dezembro de 1998, em Campina Grande, Paraíba. O MP foi acometido na infância de paralisia cerebral, sendo um exemplo para aqueles que tiveram Paralisia Cerebral podem atingir seus objetivos educacionais e profissionais, desde que existam meios para uma educação inclusiva.

Os pais de MP constataram que ele tinha paralisia cerebral aos nove meses de vida, em consulta de rotina com a pediatra, ela solicitou uma tomografia que apontou lesões no lado esquerdo do cérebro, devido à falta de oxigenação nesta região.

Diante deste diagnóstico, a pediatra recomendou que os pais realizassem fisioterapia com MP. As sessões de fisioterapia, natação e os tratamentos da Associação de Assistência à Criança Deficiente – AACD foram constantes no período pré-escolar do observado.

Aos dois anos e nove meses de vida do observado, os pais tomaram a decisão de inseri-lo no âmbito escolar, sendo a creche da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, a sua primeira unidade de ensino. Destacou o observado, durante os questionamentos, inclusive, que a escola ou creche da UFCG não colocou obstáculos a sua matrícula, apenas solicitando que algum responsável estivesse próximo a unidade escolar, em virtude de eventuais necessidades.

Entretanto, a creche da UFCG não estava preparada em termos estruturais, nem com profissionais capacitados, para ter entre seus alunos alguém com paralisia cerebral. Diante deste cenário, MP mudou de escola, passou a estudar em uma outra escola da rede privada de Campina Grande, pois seus pais verificaram que a referida escola estava adaptada a receber alunos com paralisia cerebral, inclusive tendo alunos com as mesmas características da paralisia de MP.

Em virtude da mencionada instituição de ensino já ser adaptada, as adequações para MP conseguir estudar foram mínimas, apenas substituições de cadeiras. No entanto, o observado relata que nesse período enfrentou episódios de discriminação por pessoas estranhas a escola, mas que estes atos não impediram que ele tivesse um bom relacionamento com seus companheiros de turma e professores.

Aos cinco anos, os pais de MP necessitaram mudar sua residência para outro município da Paraíba, aproximadamente 80 quilômetros de distância de Campina Grande, assim MP passou a estudar em outra instituição de ensino regular. Relata que este foi o momento de maior dificuldade no seu aspecto educacional, apesar de ter sido o instante no qual foi alfabetizado. Com auxílio dos pais recorda que a escola não tinha nenhuma acessibilidade, não tendo sequer uma mesa para o aluno, tendo que estudar em uma cadeira para adultos.

‘Para que conseguissem garantir o acesso do filho à escola, os pais tiveram de providenciar uma mesa adaptada e um banquinho para apoiar os seus pés. Além destas dificuldades, os profissionais que lá trabalhavam não tinham capacitação pedagógica para a educação inclusiva, não conseguindo atingir de forma exitosa o objetivo da educação.

Outro aspecto que merece relevância, é o do horário escolar de início das aulas, uma vez que devido a episódios de convulsões, os que tiveram paralisia cerebral podem ter de tomar medicações preventivas. Estas medicações normalmente são ingeridas no período da manhã, levando à aqueles que se medicam a terem reações como enjoos, indisposição e náuseas. Este era o caso do pequeno MP, que devido ao fato da escola só atuar no turno matutino, ocorria um choque de horários com a medicação necessária para a sua saúde.

De forma geral, sobre as necessárias adaptações escolares para a existência de uma educação inclusiva, o MP relata que apenas duas escolas de Campina Grande – PB foram adaptadas, e uma delas ainda parcialmente. Apresentando que comumente as escolas tinham escadas no lugar de rampas e não tinham salas amplas, nem banheiros adaptados e nem cadeiras que ele pudesse utilizar.

Passada a fase escolar, MP alimentava o sonho de trabalhar com crianças, por este motivo escolheu o curso de pedagogia como seu objetivo acadêmico de nível superior, mesmo tendo tido notas suficientes para a escolha de outros cursos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM de 2015.

No entanto, a falta de acessibilidade foi novamente um fator impeditivo para MP, duas das faculdades que ele passou não tinham condições mínimas para que ele lá estudasse. No caso específico, preocupa ainda mais, devido à falta de acessibilidade e segurança para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, terem ocorrido nas duas Universidades públicas da cidade de Campina Grande – PB.

Esta situação evidencia que o Estado ainda não consegue cumprir com as normas que ele mesmo cria, após os anseios da sociedade. O mesmo Estado que delimita as regras é aquele que não as segue, criando impeditivos a uma educação verdadeiramente inclusiva. Contudo, uma universidade particular da cidade de Campina Grande conseguia atender os requisitos necessários de acessibilidade para que MP pudesse em seus bancos trilhar a sua vida acadêmica.

Ao discorrer sobre seu período de vida acadêmica MP afirma que seus pais o acompanhavam cotidianamente, por residir em aproximadamente 80 quilômetros de Campina Grande, ele fazia o trajeto todos os dias para o referido município no

ônibus escolar. MP ainda relata com emoção o esforço dos pais para que ele atingisse os seus sonhos acadêmicos.

Na universidade MP relata que nunca foi vítima de discriminação, tendo participado ativamente da vida acadêmica e nunca tendo sido reprovado em nenhuma disciplina, mantendo bom relacionamento pessoal com professores e alunos.

MP relata que seus sonhos acadêmicos não findaram com o título de licenciatura em pedagogia, em breve pretende estar cursando uma pós-graduação. Sonho este que foi adiado momentaneamente devido a pandemia da COVID-19.

MP é um exemplo de força de vontade e mais que isto, um exemplo de como a educação inclusiva traz dignidade ao ser humano, pois MP relata que a dinâmica da vida acadêmica lhe traz mais satisfação do que o seu próprio lar.

Por fim, MP deixa como lição as premissas de que os indivíduos precisam amar mais a vida, respeitar seus semelhantes, acreditar em seus sonhos e perseverar.

Esta é a história de MP, mas pode ser a de muitas Marias, Pedros e Joãos, desde que se cultive a cada dia os princípios de uma escola de todos e para todos, sem distinções e com um ensino que promova a inclusão e o desenvolvimento cognitivo de todos os alunos, independentemente de ter ou não uma deficiência ou um transtorno.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa em epígrafe teve o objetivo de dialogar sobre as dificuldades no acesso à educação básica e superior de um sujeito com paralisia cerebral. Para realizar este estudo foi necessário inicialmente entender as características da paralisia cerebral e as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento de uma educação inclusiva.

A paralisia cerebral tem um caráter não progressivo, sendo ocasionada por fatores ocorridos durante a formação fetal, nascimento, ou nos primeiros anos de vida (estudos apontam que a frequência comum de ocorrência é até os 2 anos de vida), ocasionando comumente rigidez muscular, provocando dificuldades motoras, além de distúrbios sensoriais, perceptivos, cognitivos, comportamentais, dificuldades de comunicação, doenças visuais e episódios de epilepsia. Destacando que este quadro clínico não implica obrigatoriamente em danos cognitivos ao ser, podendo este desenvolver plenamente sua capacidade cognitiva.

Outro ponto apontado pela pesquisa foi a realidade de que a paralisia cerebral está intimamente ligada com características sociais da população. Uma vez que sua ocorrência geralmente está vinculada a problemas gestacionais maternos, e os problemas de gestação ainda são marcas comuns dos países subdesenvolvidos e de seus precários mecanismos de pré-natal.

Por outro lado, devido a verificação de que a paralisia cerebral não é impeditiva, comumente, para o desenvolvimento da capacidade cognitiva, pode os seus portadores realizarem atividades comuns, como a de frequentar as escolas.

Neste cenário é importante que as escolas atendam aos princípios constitucionais da universalidade do ensino e de uma escola de todos e para todos.

No entanto, pelos dados coletados, ainda verifica-se que mesmo em centros universitários de ensino superior, não existe a prática efetiva da educação inclusiva,

tendo o aluno que se adaptar e enfrentar as dificuldades da escola, da universidade e não a lógica inversa da adaptação da escola às necessidades do aluno.

Neste cenário conclui-se que é dever do Estado garantir a todos os cidadãos acessos iguais à educação, não provocando segregação de qualquer espécie, sendo necessário aprofundar as práticas de educação inclusiva para garantir que pessoas com paralisia cerebral ou outra deficiência tenham acesso digno à educação.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. **Monografia no curso de Administração: Guia completo de conteúdo e forma**. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHAER, Galdino; et. al. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. 2011. Revista Evidência. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em 01 de Mar de 2021.

LIMA, Amanda Santana; et. al. **Paralisia Cerebral**. 2015. Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP Campos Guarujá. Disponível em: <https://www.unaerp.br/documentos/1176-paralisia-cerebral/file>. Acesso em 01 de Fev de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Resolução Nº 4, DE 2 de outubro de 2009**. Portal do Ministério da Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 06 de Jan 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. **Diretrizes de Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral**. Portal do Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_paralisia_cerebral.pdf. Acesso em 05 de Jan 2021.

RIBEIRO, Maysa Ferreira Martins; et. al. **Paralisia cerebral: faixa etária e gravidade do comprometimento do filho modificam o estresse e o enfrentamento materno**. 2016. Portal Scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v21n10/1413-8123-csc-21-10-3203.pdf>. Acesso em 05 de Fev de 2021.

SALES, Tamara Regina Reis.; et. al. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. 2018. Universidade Federal do Sul de Minas. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/download/24091/pdf>. Acesso em 03 de Fev de 2021.

SANTOS, Martinha Clarete Dutra dos Santos. **Marcos legais da educação infantil inclusiva**. 2019. Portal Diversa. Disponível em: <https://diversa.org.br>

/artigos/marcos-legais-da-educacao-infantil-inclusiva/?gclid=EAlaIqobChMIr-vav67_7glVCgaRCh2xQA1dEAAYASAAEgLOXPD_BwE. Acesso em 08 de Fev de 2021.

VICTORIO, Maria Cristina. **Paralisia Cerebral (PC)**. 2020. Portal Manual MSD (Versão para a Família). Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/casa/problemas-de-sa%C3%BAde-infantil/dist%C3%BArbios-neurol%C3%B3gicos-em-crian%C3%A7as/paralisia-cerebral-pc>. Acesso em 03 de Fev de 2021.